



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/01/2026
VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		10.222,70	15.559,82	PASSIVO CIRCULANTE		1.971,19	5.012,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	2.839,66	4.747,01	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.7	166,53	583,80
Créditos a Curto Prazo	1.2	1.770,68	3.325,67	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.8	309,01	426,40
Créditos de Transferências a Receber		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.770,68	3.325,67	Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.770,68	3.347,75	Provisões a Curto Prazo		-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo		-	(22,09)	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.9	1.495,65	4.002,56
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-				
Estoques a Curto Prazo	1.3	955,18	878,48				
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-				
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	1.4	4.657,18	6.608,66				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		87.040,70	89.731,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		979,35	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Estoques a Longo Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	1.4	979,35	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-				
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.971,19	5.012,76
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	ESPECIFICAÇÃO			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Reservas de Capital		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Imobilizado	1.5	81.733,65	85.291,09	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		41.272,16	44.805,72	Demais Reservas	1.10	18.660,90	18.660,90
Bens Móveis	1.5.1	71.717,38	70.394,21	Resultados Acumulados		76.631,32	81.618,04
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	1.5.2	(30.445,22)	(25.588,49)	Resultado do Exercício	1.11	(1.278,29)	26.073,97
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		81.618,04	58.229,13
Bens Imóveis		40.461,49	40.485,38	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.12	(3.708,44)	(2.685,06)
Bens Imóveis	1.5.3	40.511,01	40.511,01	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	1.5.4	(49,51)	(25,63)	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.292,21	100.278,94
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível	1.6	4.327,71	4.440,78				
Softwares	1.6.1	4.327,71	4.440,78				
Softwares		4.712,78	4.712,78				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(385,07)	(272,00)				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
TOTAL DO ATIVO		97.263,40	105.291,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.263,40	105.291,70

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	2.839,66	4.747,01	PASSIVO FINANCEIRO	12.184,73	13.524,17
ATIVO PERMANENTE	94.423,74	100.544,68	PASSIVO PERMANENTE	166,53	544,08
			SALDO PATRIMONIAL	84.912,15	91.223,44

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	580,64	629,05	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	19.415,40	15.560,84
Atos Potenciais Ativos	580,64	629,05	Atos Potenciais Passivos	19.415,40	15.560,84
Garantias e Contragarantias Recebidas	580,64	629,05	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	19.415,40	15.560,84
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	580,64	629,05	TOTAL	19.415,40	15.560,84

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	(9.139,74)
Recursos Vinculados	(205,33)
Previdência Social (RPPS)	-
Fundos, Órgãos e Programas	(205,33)
TOTAL	(9.345,06)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/01/2026
VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		165.880,45	193.385,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		5,02	5,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		5,02	5,62
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.1	162.917,88	171.238,51
Transferências Intragovernamentais		162.909,35	171.076,51
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		8,53	162,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.2	196,58	19.355,74
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		195,65	19.353,80
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,94	1,95
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.3	2.760,96	2.785,15
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.760,96	2.785,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		167.158,74	167.311,06
Pessoal e Encargos	2.4	115.738,70	116.731,24
Remuneração a Pessoal		92.019,84	94.825,19
Encargos Patronais		15.925,33	15.385,49
Benefícios a Pessoal		7.551,18	6.261,42
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		242,34	259,14
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.5	20.110,90	18.954,61
Aposentadorias e Reformas		12.249,78	11.431,91
Pensões		1.893,20	1.825,76
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		5.967,92	5.696,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.6	25.558,87	27.165,68
Uso de Material de Consumo		812,99	2.241,67
Serviços		18.963,35	20.127,76
Depreciação, Amortização e Exaustão		5.782,53	4.796,25
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1,08	1,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-

Juros e Encargos de Mora		1,08	1,54
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.7	3.007,62	3.080,56
Transferências Intragovernamentais		2.769,02	2.912,14
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		238,60	168,42
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.8	2.306,22	852,19
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	22,09
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		74,77	24,63
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		2.231,44	805,48
Tributárias		77,39	81,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10,25	9,59
Contribuições		67,14	71,97
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.9	357,96	443,68
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	3,72
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		357,96	439,96
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(1.278,29)	26.073,97

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2025	2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/01/2026
VALORES EM MILHARES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias		164.864,59	168.400,68
Recursos Não Vinculados				Recursos Não Vinculados	3.6	148.054,74	153.295,63
Recursos Vinculados				Recursos Vinculados		16.809,86	15.105,04
Previdência Social (RPPS)				Previdência Social (RPPS)		13.273,01	12.986,69
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Fundos, Órgãos e Programas		3.536,84	2.118,35
Transferências Financeiras Recebidas	3.1	162.909,35	171.076,51	Transferências Financeiras Concedidas	3.7	2.769,02	2.912,27
Resultantes da Execução Orçamentária		158.065,98	164.942,96	Resultantes da Execução Orçamentária		17,46	-
Repasse Recebido		-	3,51	Repasse Concedido		17,46	-
Sub-repasse Recebido		158.065,98	164.939,45	Independentes da Execução Orçamentária		2.751,56	2.912,27
Independentes da Execução Orçamentária		4.843,37	6.133,55	Movimento de Saldos Patrimoniais		2.751,56	2.912,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		4.819,88	5.977,89	Aporte ao RPPS		-	-
Demais Transferências Recebidas		-	33,70	Aporte ao RGPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		23,49	121,96				
Aporte ao RPPS		-	-				
Aporte ao RGPS		-	-				
Recebimentos Extraorçamentários		12.451,65	14.380,74	Pagamentos Extraorçamentários		9.634,73	11.917,52
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.2	613,94	2.544,11	Pagamento de Restos a Pagar Processados	3.8	3.105,37	2.098,84
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.3	8.340,44	7.777,45	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	3.9	5.590,42	9.755,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.4	759,44	1.299,41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		938,95	63,36
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.737,83	2.759,78	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		5,31	0,61				
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4,45	2,43				
Arrecadação de Outra Unidade	3.5	2.728,07	2.756,61				
Demais Recebimentos		-	0,14				
Saldo do Exercício Anterior		4.747,01	2.520,23	Saldo para o Exercício Seguinte		2.839,66	4.747,01
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	4.747,01	2.520,23	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	2.839,66	4.747,01
TOTAL		180.108,01	187.977,49	TOTAL		180.108,01	187.977,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO Anual
EMISSÃO 23/01/2026
VALORES EM MILHARES DE REAL

	NE	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		382,38	5.020,22
INGRESSOS OPERACIONAIS		166.401,31	175.135,10
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Recebidas		-	-
Intergovernamentais Recebidas		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais Recebidas		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		166.401,31	175.135,10
Ingressos Extraorçamentários	3.4	759,44	1.299,41
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4,45	2,43
Transferências Financeiras Recebidas	3.1	162.909,35	171.076,51
Arrecadação de Outra Unidade	3.5	2.728,07	2.756,61
Demais Recebimentos		-	0,14
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		(166.018,93)	(170.114,87)
Pessoal e Demais Despesas	4.1	(146.733,10)	(152.101,99)
Legislativo		-	-
Judiciário		(132.434,70)	(138.785,36)
Essencial à Justiça		-	(3,51)
Administração		-	-
Previdência Social		(14.303,70)	(13.313,72)
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		5,31	0,61
Transferências Concedidas		(15.577,87)	(15.037,26)
Intergovernamentais Concedidas		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais Concedidas	4.2	(15.577,87)	(15.037,26)
Outras Transferências Concedidas		-	-
Outros Desembolsos Operacionais		(3.707,97)	(2.975,63)
Dispêndios Extraorçamentários		(938,95)	(63,36)
Transferências Financeiras Concedidas	3.7	(2.769,02)	(2.912,27)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.289,73)	(2.793,44)
INGRESSOS DE INVESTIMENTO		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO		(2.289,73)	(2.793,44)
Aquisição de Ativo Não Circulante	4.3	(2.289,73)	(2.114,56)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-	(678,88)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.907,35)	2.226,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.1	4.747,01	2.520,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.1	2.839,66	4.747,01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/01/2026
VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.1	-	-	-	-
Receita Tributária		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receita de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		-	-	-	-
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	5.1	-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS		-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	5.2	-	-	164.864,59	164.864,59
TOTAL		-	-	164.864,59	164.864,59
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	13.589,04	-	(13.589,03)
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	13.589,04	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	5.3	150.268,16	160.661,28	159.301,36	155.221,72	154.643,54	1.359,92
Pessoal e Encargos Sociais		117.296,86	125.901,51	124.939,75	123.921,03	123.921,03	961,76
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.4	32.971,30	34.759,77	34.361,61	31.300,69	30.722,51	398,16
DESPESAS DE CAPITAL	5.3	1.350,00	4.545,92	5.563,23	1.302,44	1.266,68	(1.017,32)
Investimentos	5.5	1.350,00	4.545,92	5.563,23	1.302,44	1.266,68	(1.017,32)
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		151.618,16	165.207,20	164.864,59	156.524,15	155.910,21	342,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		151.618,16	165.207,20	164.864,59	156.524,15	155.910,21	342,60
TOTAL		151.618,16	165.207,20	164.864,59	156.524,15	155.910,21	342,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.266,47	6.790,43	4.617,12	4.614,58	1.411,32	2.031,00
Pessoal e Encargos Sociais	605,47	3.286,83	2.095,49	2.095,49	792,27	1.004,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	661,00	3.503,60	2.521,64	2.519,09	619,05	1.026,46
DESPESAS DE CAPITAL	11,58	987,02	975,85	975,85	11,58	11,18
Investimentos	11,58	987,02	975,85	975,85	11,58	11,18
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.278,05	7.777,45	5.592,97	5.590,42	1.422,90	2.042,17

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	14,54	3.055,48	3.058,16	0,94	10,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.864,93	1.864,93	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	14,54	1.190,55	1.193,23	0,94	10,93
DESPESAS DE CAPITAL	17,25	29,96	47,21	-	-
Investimentos	17,25	29,96	47,21	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	31,79	3.085,44	3.105,37	0,94	10,93

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais:

1.1. Natureza jurídica da entidade

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é órgão da justiça especializada do Poder Judiciário Federal.

1.2. Domicílio da entidade

Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57.051-090.

1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O TRE/AL é órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.).

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual; (ii) julgar recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; (iii) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição; e (iv) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal.

Aos Cartórios Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; (ii) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns de sua competência; (iii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; (iv) organizar e promover atos para realização das eleições dentro de sua circunscrição; e (v) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

1.4. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela SCON/COFIN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar, em seus aspectos mais relevantes, a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, onde é registrada a execução dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse mesmo sentido, atua a unidade de Auditoria.

1.5. Fonte das informações

A fonte das informações é o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e dados extraídos através do Sistema Tesouro Gerencial.

2. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste TRE-AL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real. Não há operações em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos a pessoal; (ii) a título de suprimento de fundos; (iii) depósitos restituíveis; (iv) tributos a compensar; (v) dano ao patrimônio; (v) outros créditos a receber e, eventualmente, (vi) ajuste para perda no recebimento de créditos. Os itens são mensurados e avaliados pelo critério do “valor original”, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando pertinente.

Estoques

Abrange os materiais em almoxarifado e são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado das compras, nos termos previstos pelo art. 106, III da Lei 4.320/64.

VPD's pagas antecipadamente

Trata-se de valores pagos com antecedência, como prêmios de seguros, assinaturas ou anuidades de revistas, periódicos e similares e outros serviços pagos antecipadamente, desde que se refiram a períodos subsequentes de competência, constituindo-se, assim, como direito e sendo baixado à medida que se avança no prazo da contratação correspondente.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, sendo estes os que superam o exercício subsequente. Os itens são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), esta calculada através do método das cotas constantes.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

Tem como característica fundamental a redução do valor dos bens com vida útil econômica limitada, considerando sua deterioração física, o desgaste com o uso e sua obsolescência, e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para sua utilização e cessa quando do término da referida vida útil ou quando baixados.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os gastos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das cotas constantes e a vida útil e o valor residual são os definidos na macrofunção 020330 do Manual Siafi.

Ao final da vida útil do bem, o valor contábil do mesmo será igual ao seu valor residual ou, no caso de não existir valor residual, a zero.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUNet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, e é realizada através do método da Parábola de Kuentzle.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- haja alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, sendo a vida útil definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens

imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do valor da reavaliação e de sua nova vida útil. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada na Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional do Manual SIAFI.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

- **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas de modo confiável, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o Tribunal, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA's e VPD's, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA's e VPD's é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Restos a Pagar

Trata-se das despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, nos termos do art. 36 da Lei nº 4.320/64, sendo não processado os que não passaram pela fase de liquidação a que se refere o art. 63 da mesma norma.

3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP vigente para o referido exercício e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do TRE-AL são as seguintes:

1. Balanço Patrimonial – evidencia os ativos, passivos e o patrimônio líquido do Tribunal.
2. Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
3. Balanço Financeiro – demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de caixa proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.
5. Balanço Orçamentário – espelha a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada.

Destacam-se as seguintes variações apresentadas entre as demonstrações contábeis do presente exercício e do anterior, **em milhares de reais**:

1. BALANÇO PATRIMONIAL

1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Constitui-se, basicamente, do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que representa a disponibilidade de recursos financeiros recebidos do TSE e que equivale a 58,89% do total, e das Garantias, que representa os valores retidos por força da Resolução CNJ 169/2013 no equivalente a 41.11% do total.

Neste exercício, encerrou com o saldo de R\$ 2.839,66, assim, com redução de 40,18% comparado com o exercício anterior.

1.2 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por adiantamentos, fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curto prazo.

Este item é composto basicamente pela rubrica Demais Créditos e Valores que compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, onde se destacam os Adiantamentos a Pessoal no total de R\$ 1.707,87 (96,45%), que representa o pagamento antecipado de salários e ordenados (artigo 16 da Resolução 15.899/2018), auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

1.3 Estoques

Compreende o valor dos produtos adquiridos com a finalidade de consumo próprio do Órgão para bem desempenhar suas atividades usuais. No exercício de 2025, houve uma pequena redução no saldo final do estoque em comparação com 2024, um percentual de 8,73 %.

Compreende os produtos adquiridos com a finalidade de consumo próprio do Órgão para bem desempenhar suas atividades, conforme tabela abaixo:

Item de Material de Consumo	2025	2024
04 - GAS E OUTROS MAT. ENGARRAFADOS	32,86	17,22
07 - GENEROS DE ALIMENTACAO	68,27	62,00
16 - MAT. DE EXPEDIENTE	145,55	166,27
17 - MAT. DE TIC	106,95	85,02

19 - MAT. DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	5,25	6,06
21 - MAT. DE COPA E COZINHA	47,70	45,72
22 - MAT. DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO	278,45	222,69
24 - MAT. P/MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	37,65	68,02
25 - MAT. P/MANUT. DE BENS MOVEIS	68,62	37,05
26 - MAT. ELETRICO E ELETRONICO	143,65	141,39
28 - MAT. DE PROTECAO E SEGURANCA	11,24	13,93
29 - MAT. P/AUDIO, VIDEO E FOTO	-	0,07
39 - MAT. P/MANUT. DE VEICULOS	8,71	12,80
44 - MAT. DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	0,25	0,23
Total	955,18	878,48

1.4 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's) Pagas Antecipadamente

As VPD's antecipadas são aquelas pagas com antecedência, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro. O saldo está representado pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

Convém mencionar que o saldo das VPD's Pagas Antecipadamente a Curto Prazo está representado por 0,26% de prêmios de seguros a apropriar, 0,80% de assinaturas e anuidades a apropriar e 98,94% de VPD de serviços pagos antecipadamente (que consiste em contratações afetas à manutenção/desenvolvimento tecnológico do Órgão).

Já quanto às VPD's Pagas Antecipadamente a Longo Prazo, temos que o saldo se compõe integralmente de VPD de serviços pagos antecipadamente, com realização conforme abaixo:

Contratados	2027	2028	TOTAL
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	36.999,96	74.000,12	111.000,08
RC TECH LTDA	4.917,84	-	4.917,84
TLD HUB DE CIBERSEGURANCA & CONECTIVIDADE LTDA	450.483,96	412.943,63	863.427,59
Total	492.401,76	486.943,75	979.345,51

1.5 Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, aqui sendo dividido entre Bens Móveis e Imóveis.

Há que se destacar o volume de recursos alocados no Imobilizado deste Tribunal, que representa cerca de 84,03% do Ativo do Órgão, neste exercício. Isso se justifica tendo em vista a estrutura de funcionamento do órgão, composta tanto pelo complexo rol de equipamentos para melhor atendimento ao seu público alvo, em especial os vinculados à Tecnologia da Informação, quanto pela sua estrutura imobiliária.

1.5.1 Bens Móveis

Dos valores alocados no Imobilizado, registrados como Bens Móveis, se destaca o investimento em Tecnologia da Informação, notadamente quanto àqueles feitos na aquisição de equipamentos de informática, que dão ao Órgão celeridade no atendimento de suas demandas internas e externas, garantindo que seja atingida sua missão institucional. Destaque-se, neste ponto, que do total de Bens Móveis, aproximadamente 81,25% (R\$ 57.197,03) representam tal investimento. Convém evidenciar, também, a ocorrência de um acréscimo da ordem de 43,99%, nesse investimento, com relação ao exercício anterior, correspondendo a um valor de R\$ 17.473,99 de aumento por se tratar de um ano eleitoral e pela necessidade do Órgão manter o perfeito funcionamento da estrutura tecnológica correspondente.

Tipo de Bem Móvel	Saldo (em milhares de R\$)		% do Total	
	2025	2024	2025	2024
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	29,60	26,96	0,04%	0,04%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	325,34	267,81	0,45%	0,38%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	91,89	92,23	0,13%	0,13%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	265,30	184,34	0,37%	0,26%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	426,35	432,12	0,59%	0,61%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	8,71	8,71	0,01%	0,01%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	0,02	0,02	0,00%	0,00%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	2,37	2,28	0,00%	0,00%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	181,03	154,22	0,25%	0,22%
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	55.553,81	57.197,03	77,46%	81,25%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.718,19	1.682,22	2,40%	2,39%
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	97,24	33,61	0,14%	0,05%

MOBILIARIO EM GERAL	3.246,45	3.148,29	4,53%	4,47%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	315,71	333,23	0,44%	0,47%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	259,45	235,87	0,36%	0,34%
VEICULOS EM GERAL	66,20	66,20	0,09%	0,09%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	4.258,77	3.162,84	5,94%	4,49%
'= ESTOQUE DE DISTRIBUICAO	-	62,99	-	0,09%
'= BENS MOVEIS INSERVIVEIS	4.746,21	3.165,25	6,62%	4,50%
ARMAMENTOS	49,06	49,06	0,07%	0,07%
'= BENS NAO LOCALIZADOS	2,42	14,42	0,00%	0,02%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	62,38	63,65	0,09%	0,09%
MATERIAL DE USO DURADOURO	10,87	10,87	0,02%	0,02%
Total	71.717,38	70.394,21	100,00%	100,00%

Não foram reconhecidas as variações decorrentes do inventário 2025.

Os bens existentes no Estoque de Distribuição foram alocados nas contas correspondentes à sua natureza.

Os Bens Móveis Inservíveis são bens móveis que se encontram em curso de processo de desfazimento.

Os Bens Não Localizados se referem a bens móveis nessa situação em decorrência do inventário 2024.

1.5.2 Depreciação Acumulada de Bens Móveis

É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Entre os exercícios houve uma variação de 18,98% e os Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC representam 71,87% do total da depreciação acumulada.

1.5.3 Bens Imóveis

No que se refere aos Bens Imóveis, tem-se registrado o valor bruto de R\$ 40.511,01, conforme quadro abaixo:

Item	Conta Contábil	DEZ/2025	DEZ/2024
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	'= IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	1.554,77	1.554,77
	'= EDIFICIOS	20.889,31	20.889,31
	'= TERRENOS/GLEBAS	17.225,80	17.225,80
	Total	39.669,88	39.669,88
BENS IMOVEIS EM	'= ESTUDOS E PROJETOS	841,13	841,13

ANDAMENTO	Total	841,14	841,14
Total		40.511,01	40.511,01

Inicialmente, convém esclarecer sobre os Bens Imóveis em Andamento:

- Estudos e Projetos:

Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia nas etapas de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Básico, Projeto Executivo e Projetos Complementares do edifício que abrigará a nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE/AL.

Já os Bens de Uso Especial são aqueles que se destinam à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral, cuja composição é a demonstrada abaixo:

Conta Contábil		RIP*	Localização do Imóvel	Saldo (em milhares de R\$)	Valor do Terreno (em milhares de R\$)	Valor da Edificação (em milhares de R\$)	Data Avaliação
= IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	123210101	2829000125008	PASSO DE CAMARAGIBE	216,06	32,06	184,00	08/06/2022
		2853000135006	RIO LARGO	1.338,71	687,61	651,10	07/06/2022
		-	Total	1.554,77	719,67	835,10	-
= EDIFICIOS	123210102	2705000415002	ARAPIRACA	1.111,79	279,55	832,24	02/06/2022
		2723000115007	CACIMBINHAS	253,75	20,12	233,63	16/11/2022
		2785000265009	MACEIÓ (PRAÇA SINIMBU)	6.018,90	1.217,90	4.801,00	14/06/2022
		2785003785003	FÓRUM CAPITAL	10.664,03	6.191,65	4.472,38	13/06/2022
		2785005835008	MACEIÓ (RUA DO IMPERADOR)	447,34	345,64	101,70	14/06/2022
		2787000065006	MAJOR ISIDORO	554,70	81,50	473,20	02/06/2022
		2793000145004	MARECHAL DEODORO	353,16	146,67	206,49	17/06/2022
		2825000305003	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1.117,96	179,19	938,77	03/06/2022
		2833000475007	PENEDO	367,68	101,75	265,93	02/06/2022
		-	Total	20.889,31	8.563,97	12.325,34	-
= TERRENOS / GLEBAS	123210103	2785004595003	MACEIÓ (NOVA SEDE)	17.225,80	17.225,80	-	08/06/2022
		-	Total	17.225,80	17.225,80	-	-
			Total Geral	39.669,88	26.509,44	13.160,44	-

*Registro Imobiliário Patrimonial.

Os bens imóveis, acima relacionados, não foram reavaliados no ano de 2025, em conformidade com a Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014, em seu art. 6º, Seção II, Capítulo II.

1.5.4 Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

É importante destacar que o volume de recursos do imobilizado corresponde ao valor bruto, que deve ser deduzido da depreciação acumulada correspondente, esta tratando-se de conta retificadora destes ativos, evidenciando a redução de valor em razão do desgaste pelo uso e/ou ação da natureza.

1.6 Intangível

Compreende os bens incorpóreos, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, sendo, integralmente, composto por softwares.

1.6.1 Softwares

Tendo uma pequena relevância se comparado com o total do ativo do órgão, pois representa somente 4,45% dele, é composto por softwares de vida útil definida, sujeitos à amortização através do método das cotas constantes/linear, no equivalente a 64,79%, deste grupo, enquanto os de vida útil indefinida representam 35,21%.

O acréscimo entre os exercícios justifica-se pela busca em aperfeiçoar o aparato tecnológico do Órgão para consecução dos seus objetivos, bem como pela elevada preocupação da Justiça Eleitoral em investir fortemente na Segurança da Informação, assim, investindo em inovação tecnológica e segurança, aprimorando seus sistemas e renovando seus softwares para garantir processos eleitorais cada vez mais eficientes, transparentes e confiáveis.

1.7 Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Aqui temos como mais relevante a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios, que representa 67,08% do total, se referindo ao passivo correspondente à cessão de servidor de outro Órgão a este Regional.

Neste exercício houve o reconhecimento dos encargos sobre férias, estes representando 31,92% do total da rubrica aqui tratada.

Com relação ao exercício anterior, houve decréscimo da ordem de 71,48%, evidenciando o esforço em efetuar os pagamentos correspondentes.

1.8 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Verifica-se um decréscimo no nível de endividamento aqui tratado, decorrente de compromissos assumidos com credores nacionais, em comparação com o exercício de 2024, da ordem de 27,53%, resultado de um maior esforço na efetivação dos pagamentos devidos. Tem-se como mais representativo (97,12%) o valor a pagar referente a aquisição de licença com suporte do Microsoft Office 365.

1.9 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo.

Esta rubrica está composta primordialmente pelos Depósitos Retidos de Fornecedores – Conta Vinculada no equivalente a 78,06%, estes retidos por força da Resolução CNJ 169/2013 e alterações, incidentes sobre contratos de prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva.

A variação, com relação ao exercício anterior, com decréscimo da ordem de 62,63%, se deveu fundamentalmente ao recolhimento dos tributos retidos incidentes sobre os pagamentos a fornecedores e a pessoal.

1.10 Demais Reservas

Compreende as reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Mantém-se o mesmo valor do exercício anterior, que representa a reserva decorrente da reavaliação dos imóveis pertencentes ao Órgão no exercício 2023, com ajustes no exercício de 2024, no valor de R\$ 466,70, conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024-Plenário.

1.11 Resultado do Exercício

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA's) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD's), sendo o total das VPA's superior ao das VPD's temos superávit patrimonial, caso contrário ocorre déficit patrimonial.

Tais variações estão detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, na qual é possível visualizar as modificações que provocaram a redução com relação ao exercício anterior.

O resultado aqui tratado foi produto de um total de VPA's no valor de R\$ 165.880,45, sendo mais expressiva as correspondentes a transferências e delegações recebidas com 98,21%, e de VPD's no valor de R\$ 167.158,74, sendo mais expressiva as correspondentes a pessoal e encargos sociais com 69,24%.

1.12 Ajustes de Exercícios Anteriores

Apresenta o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Neste exercício destaca-se, por mais significativo, o ajuste no valor de R\$ 1.163,13 referente a horas-extras de pleitos e recesso de 2024.

2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1 Transferências e Delegações Recebidas

Rubrica mais expressiva das variações patrimoniais aumentativas, correspondendo a 98,21% desta, e compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Aqui destaca-se a rubrica de Transferências Intragovernamentais, no valor de R\$ 162.909,35, correspondendo a um percentual aproximado de 98,21% do total das variações patrimoniais aumentativas, sendo composta predominantemente pelo sub-repasse recebido no valor de R\$ 158.065,98 (97,03%) e pela transferência para pagamento de restos a pagar no valor de R\$ 4.819,88 (2,96%). Com relação ao exercício anterior, houve pequeno decréscimo de 4,77%.

2.2 Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Representa as variações patrimoniais aumentativas com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

Observa-se uma significativa redução neste item principalmente em razão da expressiva redução da rubrica Ganhos com Incorporação de Ativos (98,99%), que passou de R\$ 19.353,80 para R\$ 195,65, em razão da inexistente incorporação de ativos próprios de anos eleitorais, notadamente urnas eletrônicas. A incorporação mais relevante se refere à aquisição de um veículo no valor de R\$ 137,00.

2.3 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Este item compreende as variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

É composta integralmente pela rubrica Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, cujo valor mais relevante se refere a Multas Administrativas, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 1.384,94, que representa 50,16% do total deste item, onde predomina as multas por infração ao código eleitoral/leis conexas num total de R\$ 1.122,51.

2.4 Pessoal e Encargos

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com remuneração do pessoal ativo civil, correspondente aos subsídios, vencimentos, e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como a contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do Órgão, incidentes sobre a folha de pagamento, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal.

Trata-se do item mais relevante das variações patrimoniais diminutivas, pois representa 69,24% do seu total, sendo mais expressiva a que se refere a remuneração a pessoal, que perfaz o total de R\$ 92.019,84 com vencimentos e salários, gratificações, abonos, adicionais, férias e gratificação natalina.

2.5 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Representa um percentual de 12,03% do total das despesas do Órgão, sendo composto por aposentadorias e reformas, pensões e outros benefícios previdenciários e assistenciais.

2.6 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Esta rubrica representa 15,29% do total das VPD's. A pequena redução em 2025 com relação a 2024 se deveu à redução no dispêndio com material de consumo e serviços, sendo importante destacar que 2025 não se tratou de ano eleitoral, ao contrário de 2024.

2.7 Transferências e Delegações Concedidas

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Nesta rubrica se destaca as Transferências Intragovernamentais, que equivalem a 92,07% do total, e estas transferências referem-se, em grande parte, a multas do código eleitoral e leis conexas (40,57%).

Temos também a rubrica Outras Transferências e Delegações Concedidas, que equivale a 7,93% do total, e tais transferências referem-se, em grande parte, **a doação de veículos diversos à Universidade Federal de Alagoas (89,18%).**

2.8 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Representa as variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

Destaca-se a rubrica Desincorporação de Ativos, onde temos como mais relevantes a baixa relativa ao adiantamento concedido a título de auxílio alimentação a mesários e pessoal de apoio logístico das eleições de 2024 no total de R\$ 2.017,70 (90,42% do total desta rubrica).

2.9 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Composta integralmente pela rubrica Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 357,96), que tem como mais relevante as Indenizações (R\$ 347,77), que representa 97,15%, sendo 73,97% a membros, juízes e promotores e 23,06% a oficiais de justiça.

3. BALANÇO FINANCEIRO

3.1 Transferências Financeiras Recebidas

Tratam-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face às obrigações assumidas, totalizando R\$ 162.909,35 e compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros (90,45%).

A rubrica mais representativa é o Sub-repasse Recebido, que totaliza R\$ 158.065,98 (97,03% do total das Transferências Financeiras Recebidas) e é composto de recebimentos da ordem 78,46% para pessoal e encargos sociais, 20,55% para outras despesas correntes e 0,99% para investimentos.

De menor relevância temos as Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar, que totaliza R\$ 4.819,88 (2,96% do total das Transferências Financeiras Recebidas) e é composto de recebimentos da ordem de 56,99% para outras despesas correntes e 43,01% para pessoal e encargos sociais.

3.2 Inscrição dos Restos a Pagar Processados

Aqui observamos redução dos valores inscritos em restos a pagar processados da ordem de 75,87%, passando de R\$ 2.544,11 para R\$ 613,94, sendo este composto por:

- R\$ 578,18 (94,18%) outras despesas correntes (sendo mais relevante a rubrica serviços de TIC/locação de softwares, representando 57,32% deste valor).
- R\$ 35,76 (5,82%) investimentos (sendo mais relevante a rubrica equipamentos e material permanente/equipamentos de TIC – ativos de rede, representando 57,29% deste valor).

A redução nesta rubrica com relação ao ano anterior reflete uma maior execução financeira no exercício, já que representam despesas liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

3.3 Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados

Nesta rubrica observamos um acréscimo de 7,24% na inscrição dos restos a pagar não processados, que passou de R\$ 7.777,45 para R\$ 8.340,44, sendo composto por:

- R\$ 1.018,72 (12,21%) pessoal e encargos sociais (sendo mais relevante a rubrica outras despesas variáveis/serviços extraordinários, representando 69,52% deste valor).
- R\$ 3.060,92 (36,70%) outras despesas correntes (sendo mais relevante a rubrica indenizações e restituições/ressarcimento assistência médica/odontológica, representando 26,59% deste valor; seguida por serviços de TIC/locação de softwares, representando 20,09% deste valor).
- R\$ 4.260,79 (51,09%) investimentos (sendo mais relevante a rubrica equipamento de TIC - computadores, representando 53,08% deste valor).

O aumento nesta rubrica com relação ao ano anterior reflete uma menor execução no exercício, já que representam despesas empenhadas, mas não liquidadas até 31 de dezembro.

3.4 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Aqui temos, predominantemente (89,70%), valores retidos por força da Resolução CNJ 169/2013 e alterações sobre contratos de prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva, valores estes que anteriormente estavam registrados em contas de controle e passaram para contas de ativo e passivo, já que de terceiros, mas sob controle do TRE-AL, em razão do Acórdão TCU 2.717-2023 (item 9.2).

3.5 Arrecadação de Outra Unidade

Tem como arrecadação mais expressiva a oriunda de multas do código eleitoral e leis conexas, que girou em torno de 41,15%.

3.6 Despesas Orçamentárias Ordinárias

Convém salientar sua composição, sendo 75,42% de dispêndios para pessoal e encargos sociais, 20,82% para outras despesas correntes e 3,76% para investimentos.

Sobre as outras despesas correntes, temos como mais relevante a rubrica com indenizações e restituições, cujo total é de R\$ 7.067,94, neste destacando-se o dispêndio com ressarcimentos de assistência médica/odontológica no valor de R\$ 6.779,61 (95,92%).

Ainda sobre as outras despesas correntes, temos como relevante o auxílio-alimentação, cujo total é de R\$ 6.516,76.

Em seguida temos os serviços de TIC, cujo total é de R\$ 5.037,87, neste se destacando os dispêndios com manutenção corretiva/adaptativa de softwares no valor de R\$ 1.351,45 (26,83%), com suporte de infraestrutura de TIC no valor de R\$ 1.048,70 (20,82%) e com comunicação de dados e redes em geral no valor de R\$ 818,11 (16,24%).

Quanto aos investimentos, temos como mais relevante o dispêndio com equipamentos e material permanente, cujo total é de R\$ 4.916,43, neste destacando-se o dispêndio com equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC (66,29%).

Percebe-se que os principais dispêndios deste item estão relacionados ao custeio da estrutura da Justiça Eleitoral de Alagoas, principalmente com pessoal.

3.7 Transferências Financeiras Concedidas

Aqui temos como relevante a transferência que independe da execução orçamentária, notadamente a que se refere ao movimento de saldos patrimoniais, cuja transferência mais expressiva é a decorrente de multas do código eleitoral e leis conexas, que girou em torno de 40,57% do total das transferências aqui tratadas.

3.8 Pagamentos dos Restos a Pagar Processados

Houve acréscimo de 47,96% no total de pagamentos de restos a pagar processados, que passou de R\$ 2.098,84 para R\$ 3.105,37, sendo R\$ 1.864,93 (60,06%) relativo a pessoal e encargos sociais, R\$ 1.193,23 (38,42%) relativo a outras despesas correntes e R\$ 47,21 (1,52%) relativo a investimentos.

O pagamento mais relevante se refere à rubrica vencimentos e vantagens fixas pagas a pessoal (pessoal e encargos sociais) com um valor de R\$ 1.563,49, que equivale a 50,35% do total pago a título de restos a pagar processados.

Também relevante o pagamento referente a serviços de TIC (outras despesas correntes) com um valor de R\$ 664,71, que equivale a 21,41% do total pago a título de restos a pagar processados.

Tudo resultante do esforço do Órgão na execução de valores anteriormente inscritos.

3.9 Pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados

Houve um decréscimo nos pagamentos dos restos a pagar não processados da ordem de 42,69%, passando de R\$ 9.755,32 para R\$ 5.590,42, sendo R\$ 2.095,49 relativo a pessoal e encargos sociais (37,48%), R\$ 2.519,09 relativo a outras despesas correntes (45,06%) e R\$ 975,85 relativo a investimentos (17,46%).

O pagamento mais expressivo se refere a outras despesas variáveis (pessoal e encargos sociais) com um valor de R\$ 2.077,84, que equivale a 37,17% do total pago a título de restos a pagar não processados. Aqui há predomínio de pagamento a título de horas extras (97,26%).

Também relevante o pagamento a outros serviços de terceiros prestados por pessoa jurídica (outras despesas correntes) com um valor de R\$ 1.260,90, que equivale a 22,55% do total pago a título de restos a pagar não processados. Aqui cabe destaque o pagamento com a aquisição e instalação das divisórias e persianas na reforma da antiga sede localizada na Praça Sinimbu (68,25%).

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas

Compreende 88,38% da totalidade dos desembolsos das atividades operacionais do órgão, compondo-se basicamente da função judiciária no valor de R\$ 132.434,70 (sendo R\$ 98.009,32 de pessoal e encargos sociais e R\$ 34.425,38 de outras despesas correntes) e previdência social (aposentadorias e pensões) de R\$ 14.303,70.

4.2 Desembolsos com Transferências Concedidas Intragovernamentais

Tem como mais expressiva as relativas às obrigações patronais, que totalizam R\$ 15.568,43 e equivale a 99,94% do total desta transferência, sendo o restante relativo a contribuição previdenciária incidente sobre serviços de terceiros de pessoa física e juros e multas de mora.

4.3 Desembolsos com Aquisição de Ativo Não Circulante

Quanto a esta rubrica, convém frisar que totaliza os desembolsos para aquisição, principalmente, de veículos de tração mecânica no total de R\$ 1.265,59 (que representa 55,27% do total desta rubrica) e, ainda, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC no total de R\$ 614,52 (representando 26,84% do total desta rubrica).

Trata-se do investimento necessário ao aperfeiçoamento/manutenção das demandas logísticas e tecnológicas envolvidas no cumprimento da missão institucional.

5. **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

5.1 **Receitas Orçamentárias Correntes e de Capital**

Este Tribunal não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), vez que tais dados são evidenciados no demonstrativo do Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

5.2 **Déficit**

Esse resultado apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, sendo apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As despesas são custeadas pelas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cujas fontes de recursos (receitas) são disponibilizadas pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, os R\$ 164.864,59 não representam uma frustração de receita ou excesso de gastos do Tribunal.

5.3 **Despesas Orçamentárias - Correntes e de Capital**

As despesas orçamentárias foram registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. A inscrição em Restos a Pagar não processados foi condicionada a indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa, conforme artigo 68, §1º do Decreto 93.872/86.

A Dotação Atualizada foi calculada considerando-se o valor da dotação inicial, acrescida dos créditos adicionais e deduzida dos créditos cancelados/remanejados.

A aparente inconsistência do **Saldo da Dotação**, quando apresenta um saldo negativo, resulta de uma maior execução da despesa (*Despesa Empenhada*) frente a autorizada (*Dotação Atualizada*). Isto ocorreu porque nas despesas autorizadas não se considera, por se tratar de orçamento do Tribunal Superior Eleitoral, os créditos orçamentários descentralizados para execução deste Regional a título de provisão. Assim, considerando a *Provisão Recebida*, teríamos um *Saldo da Dotação* positivo, conforme abaixo:

Despesas Orçamentárias	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	PROVISAO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.296,86	125.901,51		124.939,75	123.921,03	123.921,03	961,76
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.971,30	34.759,77	5.568,64	34.361,61	31.300,69	30.722,51	5.966,80
	Total	150.268,16	160.661,28	5.568,64	159.301,36	155.221,72	154.643,54	6.928,56
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	1.350,00	4.545,92	1.590,98	5.563,23	1.302,44	1.266,68	573,67
	Total	1.350,00	4.545,92	1.590,98	5.563,23	1.302,44	1.266,68	573,67
Total		151.618,16	165.207,20	7.159,62	164.864,59	156.524,15	155.910,21	7.502,22

Considerando somente a execução do orçamento do próprio Regional (UO 14103), também teríamos um *Saldo da Dotação* positivo, conforme abaixo:

Despesas Orçamentárias	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.296,86	125.901,51	124.939,75	123.921,03	123.921,03	961,76
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.971,30	34.759,77	30.569,05	28.669,93	28.191,88	4.190,72
	Total	150.268,16	160.661,28	155.508,80	152.590,96	152.112,91	5.152,48
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	1.350,00	4.545,92	3.972,25	978,84	963,56	573,67
	Total	1.350,00	4.545,92	3.972,25	978,84	963,56	573,67
Total		151.618,16	165.207,20	159.481,05	153.569,79	153.076,48	5.726,14

5.4 Outras Despesas Correntes

Do total da *Despesa Empenhada* desta rubrica temos como mais expressivas as relativas a:

- Indenizações e Restituições com um montante de R\$ 7.067,94 (20,57%), sendo mais relevante a que se refere a Ressarcimento de Assistência Médica/Odontológica com o valor de R\$ 6.779,61 (19,73% do total das Outras Despesas Correntes).
- Auxílio-Alimentação com um montante de R\$ 6.516,76 (18,97%).
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica com um montante de R\$ 6.204,97 (18,06%), sendo mais relevante a que se refere a Locação de Imóveis com o valor de R\$ 2.604,88 (7,58% do total das Outras Despesas Correntes).

5.5 Investimentos

Do total da *Despesa Empenhada* desta rubrica temos como mais expressivas as relativas a:

- Equipamentos e Material Permanente com um montante de R\$ 4.916,43 (88,37%), sendo mais relevantes os que se referem a aquisição Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC com o valor de R\$ 3.258,96 (58,58% do total dos Investimentos) e Veículos com valor de R\$ 1.143,00 (20,55%).
- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação com um montante de R\$ 646,80 (11,63%), sendo composto integralmente por Aquisição de Softwares.